

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

<https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/9689>

DOI: 0

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2021 by Universidade Federal de Alagoas/Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

Abordando estereótipos de gênero e cisgeneridade: entre a subversão e resistência nos discursos transfeministas e feministas radicais trans-excludentes

Addressing gender stereotypes and cisness: between subversion and resistance in transfeminist and trans-excludent radical feminist discourses

Beatriz Pagliarini Bagagli¹

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de analisar os discursos transfeministas e feministas radicais trans-excludentes (ou auto designados como “críticos de gênero”) a respeito das condições de possibilidade de subversão ou resistência dos sujeitos trans. Entendemos os sujeitos trans a partir da noção de transgeneridade, que inclui identificações de pessoas transexuais, transgêneras e travestis. Abordamos as noções de cisgeneridade e estereótipos de gênero, pois, respectivamente, são centrais para as teorizações transfeminista e feminista radical trans-excludente. Assumimos a hipótese de que as posições transfeministas e feministas radicais trans-excludentes não compartilham da mesma compreensão teórica a respeito da resistência dos sujeitos trans às normas de gênero. Para tanto, dialogamos com as considerações de Michel Pêcheux a respeito de ideologias dominadas e dominantes e propomos, como conclusão, uma diferenciação entre subversão dos estereótipos de gênero (proveniente da problemática subversivista do feminismo radical trans-excludente) e resistência à cisnormatividade (proveniente de teorizações transfeministas).

Palavras-chave: *Transfeminismo. Feminismo Radical Trans-excludente. Resistência. Subversão. Gênero*

Abstract

This work aims to analyze transfeminist and trans-excludent radical feminist discourses (or self-designated as “gender critics”) regarding the conditions of possibility of subversion or resistance of trans subjects. We understand trans subject from the notion of transgenerity, which includes identifications of transsexual, transgender people and travestis. We approach the notions of cisness and gender stereotypes, since, respectively, they are central to the transfeminist and trans-excludent radical feminist theorizations. We assume the hypothesis that transfeminist and trans-excludent radical positions do not share the same theoretical understanding of trans subjects' resistance to gender norms. Therefore, we dialogue with Michel Pêcheux's considerations regarding dominated and dominant ideologies and propose, in conclusion, a differentiation between subversion of gender stereotypes (from the subversivist problematic of trans-excludent radical feminism) and resistance to cisnormativity (from transfeminist theorizations).

Keywords: *Transfeminism. Trans-exclusionary Radical Feminism. Resistance. Subversion. Gender*

Recebido em: 10/06/2020.

Aceito em: 20/12/2020.

¹ Doutoranda na Universidade Estadual de Campinas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6019-1713>.

Introdução

O conceito de gênero tem sido extremamente produtivo para a teoria e militância feminista. Através dele, podemos tanto compreender analiticamente as relações de poder que produzem desigualdades sociais e violências quanto abordar as questões que nos constituem enquanto sujeitos de uma identidade de gênero. Desta forma, gênero diz respeito tanto de nossa subjetividade como das relações sociais. Assumimos a posição de que as identificações de gênero são efeitos de um processo de interpelação complexo e contraditório.

Zoppi Fontana e Ferrari (2017, p. 8-9) indicam direções para uma articulação entre teorias dos estudos do discurso e de gênero/feministas. Segundo as autoras, uma das necessidades reside em compreender o “funcionamento da interpelação ideológica como um processo que sofre a sobredeterminação de identificações simbólicas de gênero e sexualidade”. Entendemos que o feminismo, como espaço possível de constituição subjetiva, produziu e produz resistência à dominação ideológica. Este processo, contraditório, se expressa no reconhecimento de si e no reconhecimento pelo outro, assim como o desconhecimento, que designa a função inversa do reconhecimento (ALTHUSSER, 1974, p. 96).

As questões que concernem os sujeitos transgêneros também têm sido pensadas através das reflexões feministas. No entanto, tais reflexões muitas vezes são marcadas por tensões e disputas extremamente acirradas de sentidos. Este trabalho tem o objetivo de apresentar os dissensos de posições no interior do movimento feminista no que concerne a interpretação das identidades transgêneras. Para tanto, abordaremos os discursos transfeministas e feministas radicais trans-excludentes (ou auto designados como “críticos de gênero”) a respeito de temáticas feministas como estereótipos de gênero e cisgêneridade. Assumimos a hipótese de que as tensões geradas a respeito das interpretações a respeito das identidades transgêneras no feminismo expressam a adoção de distintas concepções teóricas a respeito da noção de resistência.

Levando isto em consideração, propomos um diálogo com as reflexões de Pêcheux (1990) sobre as ideologias dominadas e dominantes a partir de tensionamentos com a noção de “abolição de gênero”, defendida como o objetivo político do feminismo radical. Também propomos uma diferenciação entre a resistência dos sujeitos trans à cisnormatividade (pensada através da teoria transfeminista) e a problemática da subversão de estereótipos de gênero, designada criticamente por nós como *subversivismo*² (formulada no interior de perspectivas feministas radicais trans-excludentes).

Transfeminismo e Feminismo Radical Trans-Excludente

Coacci (2013), aponta que o movimento transfeminista se insere conjuntamente às discussões contemporâneas acerca das fronteiras do sujeito político do feminismo: a(s) mulher(res). Jesus e Alves (2010, p. 14) definem o transfeminismo como como uma “filosofia” assim como uma “práxis acerca das identidades transgênero que visa a transformação dos feminismos”. Jesus (2014, p. 249) reconhece a história de lutas das travestis, das mulheres transexuais e das experiências pessoais da população transgênero

² Identificamos a primeira ocorrência deste termo em Serano (2007).

como “elementos fundamentais para o entendimento do feminismo”. Pessoas transgêneras, neste contexto, referem-se a todas pessoas que não se identificam com as expectativas sociais relacionadas ao gênero designado em decorrência da atribuição jurídica de sexo de um indivíduo e, segundo Jesus e Alves (2010), são estas pessoas, tendo em vista certas especificidades das mulheres transgêneras, transexuais e/ou travestis, que o transfeminismo deve representar.

Esta representação, portanto, implica uma inclusão de questões destes sujeitos no escopo do movimento feminista. Esta inclusão, por sua vez, deve ser capaz de trazer à tona as múltiplas questões políticas e sociais que expressam as vulnerabilidades sociais específicas deste grupo e suas condições concretas de existência. O movimento de pessoas transgêneras assinala a existência de diversos desafios para a efetivação de direitos fundamentais desta população, perpassando aspectos ligados ao acesso à saúde, educação, moradia, emprego e reconhecimento jurídico da identidade de gênero.

O reconhecimento da identidade transgênera, contudo, enfrenta inúmeros obstáculos, pois exige não apenas um movimento de luta política que vise sua inclusão, como também de transformação e reconfiguração do campo teórico do feminismo. Algumas correntes de interpretação do feminismo radical se colocam contrárias ou relutantes à esta inclusão, o que acarreta um tipo de interação polêmica com a corrente transfeminista. Estas correntes são frequentemente associadas ao feminismo radical trans-excludente ou auto designadas como “críticas de gênero”.

Estas posições feministas radicais antagonizam a luta pelo reconhecimento das identidades transgêneras e os interesses das mulheres cisgêneras, a ponto de associar a presença de mulheres transexuais ou transgêneras como um perigo para espaços feministas. Uma das tensões em potencial entre ativismo transgênero e feminismo se expressa nas diversas ocasiões em que os interesses e direitos da população transgênera e de mulheres cisgêneras são vistos como mutuamente excludentes, antagônicos ou irreconciliáveis (MAYEDA, 2005, p. 425). Diante desta perspectiva, a autodeterminação da identidade de gênero para reconhecimento jurídico, por exemplo, é vista como uma questão que expressaria uma potencial ameaça aos espaços (sejam físicos ou simbólicos) e serviços que são (ou que se supõem ser e/ou que se supõem que devam ser) exclusivos às mulheres, tais como banheiros, centros de acolhimento, abrigos, prisões, incluindo o escopo de algumas leis. A defesa de algum tipo de proteção frente ao que se presume ser uma ameaça é articulada por discursos feministas radicais trans-excludentes pela reivindicação de espaços exclusivos para mulheres cisgêneras e do não reconhecimento jurídico da identidade transgênera.

Em função disto, estas posições têm sido descritas como sendo favoráveis à exclusão de mulheres transexuais ou transgêneras do feminismo. A noção de “estereótipo de gênero” tem sido utilizada desde os anos 1970 no interior do discurso feminista radical como forma de criticar as demandas políticas por reconhecimento das identidades transgêneras (disto decorre a frequente autodesignação de feministas radicais trans-excludentes como “críticas de gênero”). A demanda por alteração corporal por pessoas trans já foi sistematicamente descrita como incompatível com valores feministas por supostamente reiterarem estereótipos de gênero, especialmente de feminilidade normativa (RAYMOND, 1979; JEFFREYS, 2014, 1997).

Cisgeneridade

É notável a mobilização de noções como cisgênero, cisgeneridade, cisnormatividade e cissexismo como categorias de análise por teóricas transfeministas. Cisgênero funciona usualmente como o termo para designar o antônimo de transgênero. Serano (2007, p. 55) entende a cisgeneridade como o referencial a partir do qual a habilidade de se assignar e arbitrar os gêneros se baseia e Vergueiro (2015) como a norma regulatória a partir da qual as possibilidades de corpos e existências são medidas e um conceito analítico capaz de lidar com os efeitos de verdade em relação ao gênero. Disto decorre o entendimento da cisgeneridade como a posição a partir da qual a enunciação da própria identidade de gênero é autorizada como legítima e verdadeira. Em função disto, a cisgeneridade é pensada conjuntamente com noções analíticas como normatividade ou normas de gênero e sexismo.

Para Vergueiro (2015, p. 61), a cisgeneridade se constitui através dos seguintes traços: pré-discursividade, binariedade e permanência. O primeiro refere-se aos efeitos de verdade produzidos através de processos de localização do sexo em certas partes ou aspectos do corpo, tais como genitálias, cromossomos e hormônios. A pré-discursividade, portanto, expressa

o entendimento sociocultural de que seja possível definir sexos-gêneros de seres a partir de critérios objetivos e de certas características corporais, independentemente de como sejam suas autopercepções ou das posições e contextos interseccionais e socioculturais em que elas estejam localizadas (VERGUEIRO, 2015, p. 61-62).

O segundo expressa a ideia de que os corpos, se “normais”, terão gêneros definidos a partir de duas, e somente duas, alternativas mutuamente exclusivas: macho/homem e fêmea/mulher. O terceiro, por fim, trata-se da premissa de que de que o gênero, ao ser biologicamente determinado e fixado no nascimento, seria imutável e que os corpos “ideais” apresentem

uma certa coerência fisiológica e psicológica em termos de seus pertencimentos a uma ou outra categoria de ‘sexo biológico’, e que tal coerência se manifeste nas expressões e identificações vistas como ‘adequadas’ para cada corpo de maneira consistente através da vida de uma pessoa (VERGUEIRO, 2015, p. 65-66).

Coacci (2018, p. 217) observa que a divulgação do termo cisgênero foi um dos primeiros passos para a construção de uma perspectiva transfeminista no contexto brasileiro. Kaas (2012) entende que o termo cisgênero, no interior de uma teoria transfeminista, busca “evidenciar o caráter ilusório da naturalidade da categoria cis” e define cissexismo como “a desconsideração da existência das pessoas trans* na sociedade” e o “apagamento de pessoas trans* politicamente por meio da negação das necessidades específicas dessas pessoas”. Portanto, para a autora a cisgeneridade é uma condição sobretudo política, e seu funcionamento enquanto normatividade produz posições sociais de privilégio. Coelho (2017) descreve os entraves teóricos que constituem a problemática conceitual de gênero: se a teoria feminista não avança no que se refere às identidades trans ela acaba por retroceder e reintroduzir elementos empiristas (“sexo biológico”, “corpo natural”) que outrora já havia abandonado. Para a autora, isto passa pela necessidade da incorporação do uso do termo cisgênero na teoria feminista.

Uma das críticas ao uso da noção de cisgeneridade na teoria feminista é a alegação de que ela prescreveria ou pressuporia que o alinhamento entre identidade de gênero e as expectativas sociais quanto ao gênero seria absoluto ou sem falhas. No entanto, é possível falar a respeito da cisgeneridade da identidade de gênero de homens e mulheres sem pressupor que a concordância com as expectativas de gênero de homens e mulheres cisgêneros seja absoluta ou plena. Segundo Bagagli e Vieira (2018, p. 360):

Segundo seus críticos, o termo [cisgênero] seria uma forma de reafirmação do binarismo e de divisões estanques que deveriam ser abandonadas, já que nenhuma pessoa poderia se identificar de forma absoluta com as expectativas sociais da masculinidade e feminilidade hegemônicas. Nós, transfeministas, contra-argumentamos no sentido de considerar que a palavra cisgênero, em si, não carrega nem pressupõe a aderência a um discurso prévio que defenda binarismos de forma ingênua, tampouco essencialismos de qualquer gênero. Afirmamos que é necessário compreender os modos como o conceito é mobilizado (e significado) por determinada teoria, de forma que uma palavra isolada não possa definir uma ou outra forma de posicionamento ideológico ou político (BAGAGLI; VIEIRA, 2018, p. 360).

Podemos depreender que a partir de uma posição transfeminista não se advoga que as pessoas permanecem ou devam permanecer em concordância com as expectativas normativas em relação ao gênero em virtude do mero uso de cisgeneridade como conceito analítico. Trata-se precisamente de um gesto teórico distinto, que visa nomear algo que até então funcionava pelo seu próprio mascaramento, ou seja, o que antes era tido como “natural” e “normal” e, portanto, intocável epistemologicamente. Além disto, circunscrever o alcance da problematização que noção de cisgeneridade suscita ao processo subjetivo de reconhecimento de alinhamento entre identidade de gênero e as expectativas sociais retira a discussão do âmbito político, ou muitas vezes a coloca em segundo plano.

A nomeação das identidades trans em compêndios médicos, por exemplo, tem orientado perspectivas com tendências psicopatologizantes nos discursos biomédicos e psis, expressando a problemática da busca etiológica dos ditos desvios de gênero. O gesto de nomeação da cisgeneridade por transfeministas, por outro lado, nos indica para um outro lugar epistemológico, ético e político, que busca precisamente se desvencilhar de uma problemática da etiologia das identidades³ (neste aspecto, nem ao menos tendemos a enquadrar a cisgeneridade no interior de uma investigação etiológica). A respeito deste gesto, Moira (2017, p. 367) reflete, como travesti (a partir, portanto de sua perspectiva de travesti), a respeito da reciprocidade assimétrica de nomear a alteridade a partir de posições cis e trans quanto a identificação de gênero:

Eis novamente o ponto: existimos, e em função desse não-nós. E, se existimos, com direito a nome inclusive, as pessoas que não são nós (e a partir das quais fomos nomeadas “trans”) talvez precisassem de um nome também, um nome não que lhes desse existência (afinal, quem cogitaria duvidar que, por não terem nome, inexistem?), mas sim um que explicitasse a razão de nos terem definido enquanto quem cruza, traspassa (trapaça?), transgride uma certa linha, a saber, aquela que separa homem de mulher. A nomeação daquilo que seria não-trans, não-nós, surge duma necessidade muito nossa, de percebermos com cada vez mais clareza que a insuficiência daquilo que dizem que somos tem que ver,

³ Conferir a discussão acerca da despatologização das identidades transgêneras em Missé e Coll-Planas (2010).

sobretudo, com a recusa em se situarem, em dizerem quem são, ao falarem de nós, dado que são essas as pessoas majoritariamente que falam de nós, por nós: se lhes damos um nome, “cis”, é para entender melhor do olhar que primeiro nos concedeu existência, do olhar que, hoje, começa a nos deixar existir (MOIRA, 2017, p. 367).

Alegar que o conceito de cisgeneridade seria inútil para a teorização feminista em função da inexistência da correspondência absoluta entre identidade e as expectativas normativas em relação a identidade nos impede de reconhecer que a correspondência que poderíamos supor em nossa teoria feminista é precisamente falha, não absoluta, e portanto, relativa (possuindo, portanto, nuances). Este gesto de exclusão do conceito nos impediria, a priori, de conceber diversas nuances e do próprio refinamento analítico a respeito da identificação de correspondência do sujeito com as normas de gênero. Se a alguma posição ou interpretação do termo “cis” parece redutora ou ingênua, é “sinal de que sua própria compreensão de ‘trans’ também deve sê-la” (MOIRA, 2017, p. 369).

Assumir a existência da identificação com as expectativas de gênero e nomeá-la como uma posição cisgênera é um gesto teórico muito diferente de dizer que essa identificação seja total ou absoluta, que ela não seja capaz de falhas, ou ainda que ela não seja em si mesma contraditória. Reconhecer isto nos permite a aproximação com a noção tão importante e central para a análise de discurso de interpelação ideológica que funciona precisamente pela falha do ritual ideológico⁴ - na medida em que estamos propondo aqui uma aproximação entre identidade de gênero e interpelação ideológica.

Propomos agora um exercício de reflexão aberto pelas próprias posições críticas à noção de cisgeneridade: se nenhum sujeito é, a rigor, cisgênero porque ontologicamente não seria possível a correspondência absoluta entre identidade e expectativas normativas, em que medida isso nos permitiria dizer que todos os sujeitos seriam em certa medida trans? Seria possível afirmar que todo sujeito é por definição trans? Poderíamos afirmar isto sob que circunstâncias, sob quais efeitos de sentidos e implicações em termos de proposição de representação ética e política? Em que medida isso seria possível e quais implicações políticas desta indistinção no que diz respeito ao reconhecimento das identidades trans? Como, em termos éticos e políticos, poderíamos sustentar essa indistinção? Começamos a vislumbrar o problema.

É recorrente observar que muitas das pessoas que se desconhecem enquanto cisgêneras são capazes de se reconhecerem espontaneamente como não-trans. Interpreto este gesto como uma tentativa do sujeito de buscar a naturalidade e neutralidade por meio do posicionamento das identificações transgêneras como Outras. O sujeito foge do reconhecimento deste traço distintivo “cis” mas mantém o conhecimento tácito de que algum outro traço necessariamente o distingue das identificações trans — e aloca este traço para fora do pensamento, o exclui como traço signifiante, o que não deixa de produzir efeitos. Para Dumaresq (2016, p. 126), a capacidade do termo cisgênero incomodar pessoas cisgêneras é revelador da desigualdade epistêmica e discursiva entre pacientes e terapeutas, estudados e estudiosos.

Podemos concluir que a defesa do uso do termo cisgênero pela teoria transfeminista expressa muito menos uma suposta adoção de uma perspectiva teórica em que a identificação de gênero de sujeitos cis ocorreria sem falhas do que efetivamente dar visibilidade para a alteridade constitutiva em relação às pessoas trans. Ou seja: defende-se a

⁴ Para Pêcheux (1990, p. 17), não há ritual “sem falha, desmaio ou rachadura”.

utilização do termo cisgênero a partir de uma posição em que precisamente não se leva a sério a ideologia que produz coerências e evidências quanto à posição cis. O uso do termo é solidário, neste contexto, à constituição de numa posição de crítica à cisonormatividade. Defender o uso do termo cisgênero no interior da teoria transfeminista é um gesto solidário às lutas políticas para que os sujeitos possam se reconhecerem como trans - de múltiplas formas.

Estas considerações a respeito da cisgeneridade nos serão úteis para a próxima seção deste artigo. Isto se dá pois pretendemos pensar uma noção de resistência dos sujeitos trans à cisonormatividade que se desvincule de uma problemática da subversão dos estereótipos de gênero proveniente de posicionamentos trans-excludentes no feminismo radical.

Estereótipos de gênero: subversão ou resistência?

Bagagli (2019) mostra como os escritos teóricos de Janice Raymond e Sheila Jeffreys tiveram um impacto crucial para o estabelecimento de posições trans-excludentes no movimento feminista, em especial na corrente feminista radical ou auto designada como “crítica de gênero”. Estas autoras não consideram a legitimidade do gênero com que mulheres trans se identificam, isto é, mulheres transexuais não passariam de homens que se identificam com papéis ou estereótipos femininos.

Esta associação remonta ao livro de Janice Raymond, originalmente publicado em 1979, *The Transsexual Empire*, e desde então tem sido reiterada e repetida como um mantra em diversos espaços e instâncias feministas radicais trans-excludentes, o que inclui a blogosfera contemporânea e as redes sociais. A autora chega ao ponto de afirmar que a “causa primária” do “transexualismo” sejam os estereótipos de gênero (RAYMOND, 1994, p. XVIII).

Estereótipo não é nada mais do que uma palavra para designar o lugar comum, o modelo, o prototípico. Por isso estereótipo diz respeito à repetição da mesmice. Neste aspecto, curiosamente, podemos dizer que o estereótipo das posições trans-excludentes no feminismo reside em associar pessoas trans aos estereótipos de gênero, tendo em vista a alta frequência com que falas em relação a este tema são proferidas por estas feministas. Isso significa que feministas radicais trans-excludentes ou auto designadas “críticas de gênero” alegam sistematicamente que pessoas trans frequentemente se identificam com comportamentos prototípicos do gênero com a qual elas se identificam. Um comportamento prototípico feminino pode se referir a gostar de usar maquiagem, acessórios e roupas tipicamente femininas, por exemplo.

Dizer isso por si só ainda nos parece dizer pouca coisa. Isto é, o mero fato de reconhecermos que muitas mulheres trans gostam de comportamentos prototipicamente femininos ainda parece dizer pouca coisa. No entanto, a posição trans-excludente no feminismo não se resume a esta afirmação, há frequentemente o encadeamento desta informação com outras alegações, tais como a de que mulheres trans tão somente se reconhecem como mulheres em virtude de estereótipos. A diferença pode soar sutil, mas é bastante significativa. A primeira afirmação comporta o reconhecimento de que muitas ou algumas mulheres trans aderem a comportamentos estereotipicamente femininos. A outra implica considerar que a causa “primária” da identidade feminina de todas as mulheres

trans sejam os estereótipos de feminilidade. Tratam-se de afirmações com escopos completamente diferentes que se amalgamam no discurso feminista radical e precisam ser desfeitos a partir de uma crítica transfeminista. Outra alegada "causa" para a transfeminilidade seria a expressão de um desejo sexual masoquista (JEFFREYS, 2005, p. 46).

Achar que uma pessoa trans se reconhece como trans tão somente em virtude de estereótipos simplesmente não condiz com a forma como as pessoas trans se reconhecem como trans. De nossa posição, não há relação de necessidade entre o reconhecimento de si por um sujeito como trans e o ato de selecionar aspectos específicos e parciais de suas preferências e vivências que expressariam estereótipos de gênero para que isso possa então servir de "prova" da transgeneridade, ou mesmo de sua suposta origem. Neste sentido, resumir as identidades femininas de pessoas trans à expressão de um desejo sexual "masoquista", por exemplo, também é desumanizante e estigmatizante, pois ignora a forma como as próprias pessoas trans relatam suas vivências para além de supostos aspectos parciais de nossa sexualidade. Além disto, simplesmente não tendemos fazer o mesmo com identidades cis e masculinas. Se reconhecer como trans é algo que diz respeito à integridade da forma de ser e estar no mundo e se reconhecer enquanto sujeito de uma identidade de gênero. É um processo complexo de se reconhecer como pertencente a um grupo oprimido que não envolve necessariamente estereótipos do gênero com o qual pessoas trans se identificam.

Além disto, o próprio enquadramento desta questão em termos de uma busca de uma "prova", "causa" ou "origem" da identidade trans é problemática. Não precisamos dizer que o fato de uma mulher trans gostar de alguns estereótipos femininos causou propriamente a sua identidade feminina. Pessoas trans gostam também de atividades e aspectos que não são necessariamente o estereótipo do gênero com a qual elas se identificam e isso não as torna cisgêneras nem "menos trans". Falar em estereótipo é necessariamente falar sobre aspectos, comportamentos e preferências parciais da vida de qualquer pessoa. Achar que aspectos, comportamentos e preferências parciais de pessoas trans são a causa da identidade de gênero de uma pessoa é em si uma forma de estereotipação de pessoas trans que precisa ser criticada. Trata-se de uma redução violenta da complexidade das trajetórias e identificações trans. Neste aspecto, Ruin (2016, p. 203) sugere que a crença simplista de que seja possível saber, de antemão, "tudo sobre uma pessoa trans", está na base da associação entre transexualidade e ideais normativos sobre gênero ou estereótipos. Isto é, a crença de que pessoas trans possam efetivamente se resumir aos padrões hegemônicos de gênero pode ser interpretada criticamente como uma perspectiva reducionista sobre as identidades trans, pois ela enquadra as pessoas transexuais em "uma imagem estática, apagando os detalhes de vidas complexas que mudam com o tempo" (RUIN, 2016, p. 204).

Serano (2007, p. 48) sugere que a visão que muitos acadêmicos cisgêneros possuem a respeito de pessoas transexuais reproduzirem rigidamente estereótipos de gênero se deu em virtude de um viés de confirmação que decorre do fato destes pesquisadores tratarem os sujeitos transexuais como objetos de pesquisa ao invés de pessoas ou sujeitos. Podemos concluir que a insistência em considerar as expressões de gênero de pessoas trans como dependentes de estereótipos ou normas de gênero marca uma tendência em considerar o gênero de pessoas trans a partir de um padrão diferente ou enviesado em relação a pessoas cis. Os gêneros de pessoas cis escapam da possibilidade de uma crítica ou mesmo avaliação recíprocas, pois são assumidos como normais ou naturais.

Serano (2013, p. 2626) então questiona a ideia de que pessoas trans de alguma forma reforçariam os estereótipos de gênero (mais do que pessoas cis). Para tanto, a autora menciona um viés de percepção que incide sobre traços marcados ou não marcados. Os traços tendem a serem vistos como marcados, isto é, serem vistos com mais atenção, quando são interpretados como inesperados ou excepcionais. A ausência de marca sob um traço produz o efeito de universalidade, generalidade ou naturalidade. Os traços marcados são mais propensos a serem vistos a partir da necessidade de serem explicados do que aqueles não marcados. Por outro lado, comportamentos e ações tendem a não serem vistos como resultados de traços não marcados (isto é, é mais difícil atribuir relações de causalidade a traços não marcados), enquanto são mais propensos de serem se forem marcados.

Os traços de gênero, assim, tendem a serem interpretados de forma marcada em pessoas trans, pois a identidade transgênera não corresponde às expectativas sociais do gênero assignado ao nascer. Desta forma, os traços de gênero são vistos como não marcados quando estão presentes em pessoas cisgêneras, isto é, são vistos com menor atenção e com isso não geram a percepção de que reforçariam estereótipos da mesma forma que pessoas transgêneras. Isto resulta em um padrão duplo de busca por etiologias e origens da identidade de gênero: enquanto soa como evidente que a transgeneridade careça de uma explicação ou reforce os estereótipos de gênero, a cisgeneridade é simplesmente assumida como uma condição neutra (não marcada) e, por isso, natural. Este duplo padrão imputa às pessoas transgêneras o ônus da prova em relação às suas próprias existências enquanto assume a condição cisgênera como previamente estabelecida. A cisgeneridade é, pois, vista como uma condição neutra ou não marcada em relação à transgeneridade. Pessoas cisgêneras não são rotineiramente acusadas de reforçar o binário de gênero em discussões feministas da mesma forma como acontece com pessoas transexuais (SERANO, 2013, p. 1856). Há, portanto, uma discrepância nas críticas à identidade transgênera em comparação à cisgênera no que se refere às discussões sobre normas e estereótipos de gênero.

Além disto, traços ou eventos inesperados tendem a serem vistos de forma mais negativa do que aqueles traços ou eventos esperados (SERANO, 2013, p. 2632). Quando um traço marcado indica um aspecto moral negativo ele é usualmente designado como pelo termo “estigma”. Serano entende que em virtude deste viés de percepção, os traços de gênero de pessoas trans, ao contrário das pessoas cis, são interpretados como inautênticos, ilegítimos ou enganadores.

Em interações polêmicas com transfeministas, feministas radicais trans-excludentes alegam que a opressão de gênero que as mulheres sofrem decorre do fato de serem socializadas enquanto mulheres e de não terem “escolha” em relação a isto. A base para o que estas feministas entendem ser a socialização do gênero feminino são os próprios aspectos empíricos do sexo biológico, isto é, o fato de nascerem com o aparelho reprodutor feminino. Para esta posição, é apenas em função de possuírem o aparelho reprodutor feminino que um sujeito será “socializado” como mulher e estará exposto às vulnerabilidades sociais associados ao gênero feminino. É preciso compreender estas considerações a respeito desta noção de “socialização feminina” a partir dos efeitos de sentido que ficam subentendidos em interações polêmicas com transfeministas.

Quando feministas radicais dizem “não escolher” a opressão que sofrem nestes contextos específicos elas acabam por subentender que de alguma forma mulheres transexuais ou travestis escolheriam estarem expostas à discriminação social em função de

suas identidades femininas. O efeito de sentido produzido é o de responsabilização das próprias mulheres transexuais ou travestis pela opressão de gênero que estão expostas, pois aparentemente elas “escolheriam” voluntariamente expressar uma identidade feminina e, com isso, estarem expostas a situações de vulnerabilidade social, ao contrário das mulheres cisgêneras. Se entendemos ser correta a posição segundo a qual as mulheres cisgêneras não “escolhem” serem as responsáveis pela própria opressão que estão socialmente expostas teríamos que na mesma medida estender este posicionamento para os demais grupos oprimidos, o que inclui as travestis e mulheres trans.

Ao associar, de forma determinista, os estereótipos de gênero às identidades trans, muitas feministas radicais concluem que caso gênero seja abolido, pessoas transgêneras simplesmente deixarão de existir. A perspectiva pela abolição de gênero, escreve Serano (2013, p. 1953), coloca o problema de determinar qual seriam os traços considerados humanos e essenciais e quais seriam os traços de gênero artificiais e indesejados. Neste enquadre, pessoas trans são vistas como vítimas alienadas das técnicas de alterações corporais proporcionadas pela medicina.

Tosh (2016, p. 92) compara esta interpretação feminista radical às próprias interpretações cisonormativas provenientes da psiquiatria e psicologia, pelo fato de ambas suporem deter um saber a respeito da transgeneridade que escaparia às próprias pessoas trans a respeito delas mesmas. A reivindicação de uma identidade trans não é interpretada por esta posição feminista radical trans-excludente como uma tomada de resistência frente à cisonormatividade, mas como uma forma de auto alienação. Isto mostra compreensões diametralmente distintas a respeito da noção de resistência do sujeito no interior no discurso feminista.

Perspectivas trans-excludentes não assumem simplesmente que a identidade trans seja resultado simples e direto de estereótipos de gênero como também que esses estereótipos de gênero sejam misóginos e a origem das opressões que afetam as mulheres. Não fica difícil de entender neste sentido porque estas perspectivas elegem mulheres trans e travestis como as grandes antagonistas do movimento feminista. O alarmismo em relação ao que se entende ser a reprodução de estereótipos de gênero por pessoas trans, contudo, se baseia na noção equivocada de que pessoas trans teriam uma enorme influência social para estabelecer normas rígidas de gênero, enquanto ignora o impacto da reprodução de estereótipos por pessoas cisgêneras.

No interior desta posição, “performar”⁵ um estereótipo é o mesmo que defender que o estereótipo ganhe status de norma compulsória, ou que a pessoa que “performe” o estereótipo tenha aderido por si só a uma defesa dos estereótipos como norma, o que me parece o principal erro deste raciocínio. E é através precisamente deste “erro” que a transfobia é discursivamente justificada. Mas um olhar mais atento é capaz de distinguir as relações de causalidade.

O fato de uma mulher trans dizer, por exemplo, que ela se reconhece como mulher em função do seu apreço por maquiagem não deve ser interpretado no interior da teoria feminista como sendo sinônimo de uma adesão a um posicionamento político segundo o qual conceberia o uso de maquiagem como um requisito normativo para ser uma mulher.

⁵ O sentido do verbo “performar” neste contexto é o de “expressar” um comportamento visto como um estereótipo de feminilidade. Vemos com muita frequência a importação teórica do conceito de performatividade de gênero desenvolvida por Judith Butler neste contexto a partir de incompreensões teóricas. Conferir Butler (2011).

Pessoas transgêneras recorrem a explicações de suas identidades através de estereótipos de gênero porque precisam utilizar de estratégias contraditórias de sobrevivência para navegar e habitar uma sociedade cisnormativa, ao invés de um mero apreço político mesquinho pelo “reforço” destes estereótipos.

Alegar sistematicamente que mulheres trans reforçam estereótipos de gênero subentende que mulheres trans, de alguma outra forma, deveriam subverter estes estereótipos. Esta expectativa por subversão de gênero, mesmo que tácita, é designada com Serano (2007) como “subversivismo” (*subversivism*). Isto leva às pessoas trans a terem que responder se as razões que as motivaram à transição de gênero reforçariam ou subverteriam os estereótipos gênero. Pessoas trans, em especial as transexuais, tendem a serem vistas contraditoriamente tanto como mais “radicalmente contestadoras” quanto mais “normativas” que as demais (ELLIOT, 2009, p. 20). Para Namaste (2011, p. 7), no interior desta problemática que prega a subversão de gênero, a recusa da designação original de um gênero é equivocadamente assumida como representando uma crítica ao sistema binário de sexo/gênero ao invés de ser simplesmente uma “posição diferente corporificada dentro desse sistema”. Elliot (2009, p. 9) também aborda esta problemática ao aludir a ideia de que para ser “politicamente progressista, transexuais deveriam abandonar o desejo de alterar seus corpos e, portanto, uma compreensão fundamental de suas próprias experiências corporais”.

A perspectiva subversivista muitas vezes não coincide com a das próprias pessoas trans a respeito de suas identidades, pois, além de não cultivarmos a mesma expectativa de subversão para com a identidade de gênero de pessoas cis, o subversivismo estabelece uma hierarquia de valores, na qual as identidades vistas como mais conservadoras são inferiorizadas. Uma posição transfeminista, ao contrário entende que expressão de gênero de pessoas trans não deve ser avaliada como legítima em virtude de sua suposta capacidade de subverter normas de gênero. Pessoas trans, antes de tudo, querem habitar o espaço social sem terem constantemente seus gêneros avaliados. Neste sentido, assinalamos uma diferença entre a resistência dos sujeitos trans à cisnormatividade e a problemática do subversivismo que culpabiliza os sujeitos trans por reproduzirem estereótipos de gênero.

A defesa pela “abolição de gênero”, nos suscita, remetendo aqui às palavras de Pêcheux (1990, p. 16), a pensar a resistência na sua relação com o inexistente, a irrealidade e o impossível. O autor faz uma reflexão a respeito de como as ideologias dominadas são frequentemente compreendidas como um tipo de germe cuja essência revolucionária está travada e reprimida pela ideologia dominante ao mesmo tempo em está prestes a fazer irromper caso cesse a atuação desta ideologia dominante, mencionando nesta passagem inclusive o feminismo como um exemplo de ideologia dominada. O autor faz uma crítica a esta concepção de ideologia dominada como germe que subentende “a promessa de um desenvolvimento orgânico completo, contido em estado de prefiguração”, pois ela nos impede de compreender que a dominação ideológica envolve também a dominação interna às próprias ideologias dominadas, atribuindo assim a dominação ideológica uma fonte exclusivamente externa. Pêcheux (1990, p. 16) prefere em razão disto pensar que “as ideologias dominadas se formam sob a dominação ideológica e contra elas, e não em um ‘outro mundo’, anterior, exterior ou independente”.

Perspectivas cisnormativas não dão conta de reconhecer o impacto que a recusa social sistemática no reconhecimento das identidades trans possui na reprodução de estereótipos de gênero por pessoas trans, na medida em que pessoas trans buscam de mecanismos para driblar a falta de reconhecimento precisamente por meio dos

estereótipos. Estigmatizar esses mecanismos (culpabilizando a expressão de gênero de pessoas trans supostamente estereotipada pela existência das normas de gênero) ao invés de compreendê-los não irá nos ajudar na criação de estratégias feministas de resistência capazes de diminuir o impacto prejudicial das normas de gênero em nossas vidas. Retomando as formulações de Pêcheux, isso significa compreender que as resistências dos sujeitos trans à cisnormatividade acontecem não em um outro mundo para além do gênero, em que ele esteja abolido e o germe do feminismo possa então se desenvolver, mas no interior e contra a própria dominação ideológica do gênero.

Por mais que todos estes aspectos pareçam na verdade bastante elementares, eles se tornam imprescindíveis em discussões contemporâneas a respeito de transgeneridade no movimento feminista. Em suma, ao conceber a subjetividade transfeminina⁶ unicamente como reflexo dos estereótipos normativos de feminilidade e enquadrá-la no interior da problemática subversivista, a perspectiva feminista radical trans-excludente não é capaz de conceber ou visibilizar os processos de resistência das travestis ou mulheres trans à cisnormatividade.

Referências

- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Editorial Presença. 1974.
- BAGAGLI, B. P. **Discursos transfeministas e feministas radicais**: disputas pela significação da mulher no feminismo. 2019. 1 recurso online (174 p.). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP.
- BAGAGLI, B. P.; VIEIRA, H. Transfeminismo. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Explosão feminista**. São Paulo: Companhia das letras, 2018.
- BUTLER, J. **Bodies that matter**: On the discursive limits of sex. Routledge, 2011.
- COACCI, T. **Conhecimento precário e conhecimento contra-público**: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2018.
- COACCI, T. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. Dossiê (In) visibilidade trans. **História Agora**. São Paulo, edição especial, v. 1, n. 14, pp 134-161. 2013.
- COELHO, C. **Um paralelo crítico entre a trajetória de gênero e cisgênero**. 2017. Disponível em: <http://brasil.transadvocate.com/sexo/um-paralelo-critico-entre-a-trajetoria-de-genero-e-de-cisgenero/>. Acesso em: 10 out. 2018.

⁶ Identidades transgêneras e femininas, o que incluem as identidades de gênero de travestis, mulheres transexuais e/ou transgêneras.

DUMARESQ, L. Ensaio (travesti) sobre a escuta (cisgênera). **Revista Periódicus**, v. 1, n. 5, p. 121-131, 2016.

ELLIOT, P. **Debates in transgender, queer, and feminist theory**: Contested sites. Farnham: Ashgate Publishing, 2010.

JEFFREYS, S. Transgender activism: A lesbian feminist perspective. **Journal of lesbian studies**, v. 1, n. 3-4, p. 55-74, 1997.

JEFFREYS, S. **Beauty and Misogyny**: Harmful Cultural Practices in the West. New York : Routledge, 2005.

JEFFREYS, S. **Gender hurts**: A feminist analysis of the politics of transgenderism. New York: Routledge, 2014.

JESUS, J. G.; ALVES, H. K. Feminismo Transgênero e Movimentos de Mulheres Transexuais. **Cronos**. Natal, v. 11, pp. 8-19. 2010.

JESUS, J. G. Género sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. **Universitas Humanística**, (78), pp. 241-257. 2014.

KAAS, H. **O que é cissexismo?** 2012. Disponível em: <https://transfeminismo.com/o-que-e-cissexismo/>. Acesso em: 10 out. 2018.

MAYEDA, G. Re-imagining feminist theory: transgender identity, feminism, and the law. **Canadian Journal of Women and the Law**., v. 17, p. 423, 2005

MISSÉ, M.; COLL-PLANAS, G. (Ed.). **El género desordenado**: Críticas en torno a la patologización de la transexualidad. Barcelona: Egales, 2010.

MOIRA, A. R. O cis pelo trans. **Estudos Feministas**, v. 25, n. 1, p. 365-373, 2017.

NAMASTE, V. **Sex Change. Social Change**: Reflections on Identity, Institutions, and Imperialism, Toronto: Canadian Scholars' Press Inc., 2011.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos lingüísticos**, v. 19, p. 7-24, 1990.

RAYMOND, J. G. **The Transsexual Empire**: The Making of the She-Male. Boston: Beacon, 1979.

RAYMOND, J. G. **The Transsexual Empire**: The Making of the She-Male. New York: Teachers College Press, 1994.

RUIN. Discussing Transnormativities through Transfeminism Fifth Note. **Transgender Studies Quarterly**, v. 3, n. 1-2, p. 202-211, 2016.

SERANO, J. **Excluded**: Making Feminist and Queer Movements More Inclusive. Berkeley: Seal Press. 2013. (Edição e paginação Kindle).

SERANO, J. **Whipping girl**: A transsexual woman on sexism and the scapegoating of

femininity. Berkeley: Seal Press. 2007.

TOSH, J. **Psychology and gender dysphoria: Feminist and transgender perspectives.** Routledge, 2016.

VERGUEIRO, V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes:** uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação de Mestrado do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Poscultura), Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2015.

ZOPPI FONTANA, M. G.; FERRARI, A. J. Apresentação: Uma análise discursiva das identificações de gênero. *In:* ZOPPI FONTANA, M. G; FERRARI, A. J. (org.) **Mulheres em discurso:** identificações de gênero e práticas discursivas. Vol. 1. Campinas : Pontes Editores, 2017.